

19 Recobido a 31/7/2023

GRUPO
PARLAMENTAR
CHEGA

Na reunião do 20 de Setembro
de 2023 foi rejeitado com
votos contra do PS, votos a
favor do PSD, CH e IL, na
ausência do PCP e do BE

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência,
Deputado Alexandre Quintanilha

Assunto: Requerimento para audição do Presidente da Associação Portuguesa de Matemática e do Presidente da Associação de Professores de Matemática

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Educação e Ciência,

O CHEGA vem requerer a V/ Exa., a marcação de uma audição com carácter de urgência, com o Presidente da Associação Portuguesa de Matemática e com o Presidente da Associação de Professores de Matemática, no âmbito da decisão do Governo em suprimir a obrigatoriedade do exame de matemática para a conclusão do ensino secundário (12º ano).

O Ministério da Educação e o MCTES, no início de 2023 manifestavam visões opostas quanto aos exames de conclusão do ensino secundário: o primeiro queria acabar com a obrigatoriedade dos mesmos, o que tornaria Portugal num dos poucos países europeus sem avaliação nacional no fim desse ciclo, enquanto o MCTES proponha um mínimo de três provas que representassem metade da nota de candidatura ao ensino superior.

A 1 de junho deste ano, o Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que visa alterar o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, assim como o regime jurídico da educação inclusiva. Com este decreto de lei, alterou-se o elenco obrigatório de exames finais nacionais, estabelecendo-se que todos os alunos realizam três exames nacionais como forma de reforço da centralidade

da avaliação interna e contínua. O exame de Português mantém-se obrigatório para todos, devendo cada aluno realizar dois outros exames por si escolhidos em função do percurso individual traçado e das suas escolhas para efeitos de prosseguimento de estudos. Ou seja, os alunos dos cursos de ciências e tecnologia e ciências socioeconómicas podem, a partir de agora, concluir o ensino secundário sem a realização do exame nacional de matemática.

O novo regime traz um peso diferente aos exames nacionais, que passarão a ter um peso mais baixo, de 25%, na classificação final. Na hora de ingressar no ensino superior, esse peso dos exames aumenta: passam a ter um peso mínimo de 45%, quando hoje estava nos 35%.

Numa nota publicada no site oficial da Presidência da República, após esta decisão do Governo, o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa lamentou a "opção política do Governo" e realçou que a alteração "poderá contribuir para o enfraquecimento do sistema nacional de avaliação e da qualidade das aprendizagens". O Presidente da República foi mais além e disse ainda que esta alteração "não decorre da realização de estudo independente conhecido, nem de mais aprofundada discussão pública, nem sequer da consulta das associações nacionais de matemática".

José Carlos Santos, presidente da Sociedade Portuguesa de Matemática, reitera a opinião do Presidente da República, dizendo que suprimir a obrigatoriedade do exame de matemática para a conclusão do ensino secundário "fará com que os alunos, no secundário, estudem menos matemática. A não ser que estejam a pensar ir para um curso em que esse exame é obrigatório. Não tendo o exame como barreira que é preciso ultrapassar, vão ficar pior preparados".

Por outro lado, Joaquim Pinto, presidente da Associação de Professores de Matemática diz que "esta mudança nos exames não vai tirar nenhuma importância à matemática. Vamos ter novas aprendizagens. O que precisamos é que a matemática leve os alunos a pensarem. Porque para fazerem contas e coisas repetitivas já temos as máquinas".

O CHEGA considera que a medida tomada pelo Governo, de suprimir a obrigatoriedade do exame de matemática para a conclusão do ensino secundário, é consequência da política de “examicídio”, que há décadas aposta na supressão dos exames nacionais no ensino básico e secundário até à sua extinção definitiva, contribuindo assim, para o declínio da qualidade do ensino.

De estranhar é também o facto, e tal como apontou o Presidente da República, de as Sociedades Científicas não terem sido ouvidas em todo este processo. A Associação de Professores de Matemática refere que faz chegar a sua opinião quando estes assuntos são debatidos, mas não houve um pedido formal de contributos sobre o tema em questão. Ora, importa, pois, esclarecer o tipo de participação das sociedades científicas e de professores nestes processos de elevada importância para a qualidade ensino.

É neste contexto, e como fundamentação para o agendamento desta audição, que o Grupo Parlamentar do CHEGA vem solicitar a V/ Exa. que tome as diligências necessárias à audição urgente do Presidente da Associação Portuguesa de Matemática e do Presidente da Associação de Professores de Matemática

Palácio de S. Bento, 31 de julho de 2023,

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Gabriel Mithá Ribeiro

